

Aprovada na 1004ª sessão

ALADI/CR/Ata 1002  
(Extraordinária)  
22 de maio de 2008  
Horário: 12h15m às 12h50m

ATA DA 1002ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA  
DO COMITÊ DE REPRESENTANTES

Ordem do dia

O Comitê de Representantes recebe a visita do doutor Gustavo Larrea,  
Ministro Coordenador da Segurança Interna e Externa do Equador.

---

Preside:

FRANKLIN RAMÓN GONZÁLEZ

Assistem: Federico Villegas (Argentina); Marcelo Janko Álvarez e Javier Jiménez Pinaya (Bolívia); José Humberto de Brito Cruz e Eduardo Pereira e Ferreira (Brasil); Camilo Marcelo Navarro Ceardi (Chile); Cielo González Villa (Colômbia); Mirna Martínez Ajuria (Cuba); Edmundo Vera Manzo e Vladimir Jarrín (Equador); Ricardo Lozada Caballero (México); Emilio Lorenzo Giménez Franco, Emiliano Fernández, Hernán Rafael Cáceres Vera e Octavio Ferreira Gini (Paraguai); Jorge Antonio Rosado La Torre e Ricardo B. Romero Magni (Peru); Gonzalo Rodríguez Gigena (Uruguai); Franklin Ramón González e Ramón José París García (Venezuela). Michel Coquoz (Suíça), Elvira Barrios (Panamá).

Secretário-Geral a.i.: Isaac Maidana Quisbert.

Subsecretária: Dora Rodríguez Romero.

---

PRESIDENTE. Bom dia. Reunimos-nos hoje na sessão extraordinária Nº.1002, para receber o doutor Gustavo Larrea, Ministro Coordenador da Segurança Interna e Externa do Equador.

Segundo informações da Embaixada do Equador aqui no Uruguai, estamos falando de um quitenho, de 50 anos, que estudou na Venezuela, na Universidade Católica Andrés Bello e depois na Universidade Central do Equador, participou de vários cursos e seminários de economia petroleira, comunicação, gestão empresarial, diversidade e entidade e antropologia.

Desempenhou-se no setor acadêmico, foi consultor da Corporação MACAC, da UNESCO e do PNUD. De 1994 a 1996, foi Deputado do Congresso Nacional, Presidente da Comissão de Assuntos Internacionais e Presidente do Parlamento Latino-Americano.

Em 2006, desempenhou-se como Subsecretário do Ministério de Governo, foi também, de 1997 a 2004, Diretor Regional para os países Andinos da Associação Latino-Americana para os Direitos Humanos, e tem várias publicações, dentre outras: “Comunicación, Identidad y Autoestima” (Comunicação, Identidade e Auto-estima), “Historia de los Pueblos Indígenas del Ecuador” (História dos Povos Indígenas do Equador), “Derechos y Legislación Ancestral” (Direitos e Legislação Ancestral), “Teoría del color y estética de los pueblos quechuas” (Teoria da cor e estética dos povos quéchuas), “Educación para la población Colona e Indígena de la Amazonia” (Educação para a população Colona e Indígena da Amazônia), “Modelos de Desarrollo Alternativo, Participación Ciudadana y Desarrollo Sustentable” (Modelos de Desenvolvimento Alternativo, Participação Cidadã e Desenvolvimento Sustentável). Também foi editorialista de vários jornais.

Gostaria de dar as boas-vindas ao Doutor Larrea, e vou aproveitar para fazê-lo com um artigo de Eduardo Galeano, que se chama “La naturaleza no es muda” (A natureza não é muda), diz este insigne escritor deste país o seguinte:

“O mundo pinta naturezas mortas, os bosques naturais sucumbem, os pólos derretem, o ar se torna irrespirável e a água imbebível, plastificam-se as flores e a comida, e o céu e a terra ficam totalmente loucos. Enquanto isso tudo ocorre, um país latino-americano, o Equador, está discutindo uma nova Constituição, e nessa Constituição se abre a possibilidade de reconhecer, pela primeira vez na história universal, os direitos da natureza.”

Com estas palavras, gostaria de dar as boas-vindas ao doutor Larrea, para que o senhor, então com toda liberdade, -porque aqui neste cenário existe plena liberdade, aqui se pratica a democracia e aqui nossos ouvidos sempre estão dispostos a escutar tudo, inclusive as coisas das quais não gostamos – faça uso da palavra.

MINISTRO COORDENADOR DA SEGURANÇA INTERNA E EXTERNA DO EQUADOR (Gustavo Larrea). Muito obrigado, senhor Presidente, senhores Embaixadores. Agradeço-lhes esta reunião.

Gostaria de começar dizendo que o debate político, acadêmico, na América Latina no século XX chegou ao reducionismo de acreditar que o problema central dos países, de nossas economias e de nossas sociedades se subordinava à relação da sociedade com o Estado e com o mercado; e dependendo de que ação tinha, ou que eixo tinha, -se era mais proclive a uma sociedade de mercado onde o Estado tenha uma intervenção na economia-

definia-se o marco ideológico, o marco político, o marco da política social inclusive, ou da não política social.

Nós acreditamos que isso é um reducionismo, que o pensamento do Século XXI deve dar um passo além, e que tanto a academia como as ciências políticas devem avançar e entender que o problema não está no binômio Estado-mercado. O Estado e o mercado são dados da realidade e são dois fatores fundamentais, mas há outros.

A natureza, como bem dizia o Presidente, e como diz Galeano em seu artigo, é um terceiro fator a ser considerado.

Um quarto é, sem dúvida, a cidadania e seus direitos individuais, e/ou um quinto é a sociedade e seus direitos coletivos.

Nós consideramos que repensar o marco de integração regional latino-americano passa também por repensar alguns conceitos fundamentais, e nossa Assembléia Constituinte está trabalhando nessa linha de pensamento.

Em uma visão distinta que produzirá uma Constituição diferente do resto das Constituições da América Latina. Porque cada processo nosso tem particularidades que o fazem diferente, porque respondem a realidades diferentes, e qualquer processo nosso que tentaria copiar outro país estaria destinado ao fracasso, portanto, a Constituição equatoriana está feita à equatoriana, com as virtudes e os defeitos desse processo social e político e dos avanços que, sem dúvida, têm também.

Nesse sentido, para nós, a integração passa por uma visão que supere a relação exclusivamente economicista, e o que foi historicamente as relações entre nossos países, isto é, uma relação comercial, mesmo que tenha sido fraca também no comercial, foi o eixo da discussão, o eixo do debate e o eixo da fraqueza, porque também não temos uma política objetivamente integracionista no âmbito comercial.

Na maioria de nossos países, o comércio exterior fundamentalmente está dirigido para a Europa, os Estados Unidos e a Ásia, no nosso caso específico como país e no da maioria de todos os países da região, e não conseguimos multiplicar as relações comerciais entre nossos países. Fortalecer a relação sul-sul é vital, e este processo de integração que nos permita sentar-nos na Mesa do que hoje é geopolítica mundial, passa sem dúvida pela nossa integração, do contrário não estaremos sentados na Mesa neste século, estaremos fora dela e, provavelmente, não tenhamos viabilidade histórica como países.

Esse fato nos obriga a pensar na unidade de nossos países e no projeto de constituir esse grande sonho da unidade dos países latino-americanos, e que não seja um sonho exclusivamente ideológico ou um sonho que queira repetir o passado, mas sim um pragmatismo objetivo. Sem unidade não há possibilidade de conseguir uma relação mais equitativa em um mundo globalizado e, portanto, este processo de unidade é uma necessidade histórica. Mas, passa, dizia, por multiplicar nossas relações comerciais.

No caso equatoriano especificamente, com o Peru conseguimos multiplicar essas relações comerciais depois de aproximadamente 60 anos de distanciamento e de uma brecha entre duas nações irmãs. Estamos em um ponto da relação extraordinário, no sentido de que conseguimos multiplicar nosso comércio exterior, nossas relações políticas, econômicas, comerciais, de investimento.

Com a Colômbia, até primeiro de março, vínhamos em uma relação cada vez melhor em termos comerciais, políticos. Agora temos um *impasse* sobre o qual não vou falar no dia de hoje, mas sem dúvida deve ser encerrado o mais rápido possível em função dos interesses dos dois países, dos dois povos.

Mas esses processos de integração com outros Estados latino-americanos no âmbito comercial são mínimos realmente e bastante desiguais, porque temos também um relativo grau de desenvolvimento, no nosso caso menor grau de desenvolvimento que muitos países da região, e nosso comércio exterior geralmente é desfavorável a nossos interesses na região.

Isto é, por exemplo, com a Colômbia, nós compramos 1,5 bilhões de dólares de produtos colombianos, e a Colômbia compra 500 milhões de produtos equatorianos. Com o Brasil a relação é bastante similar, assimétrica. Em geral, nossa relação comercial é bastante assimétrica com o resto dos países da região. Penso que há uma relação mais equitativa com o Peru fundamentalmente, com a Bolívia e agora nos últimos anos incrementamos uma relação comercial importante com a América Central e com a Venezuela, importante na relatividade de nossa economia.

E dizia, mas este não é somente um problema de mercado, é um problema que vai além de uma política de integração. Mesmo que esta tenha sido o ponto central de reflexão, na prática serviu muito pouco, e temos que ir muito além. Temos que ir a um processo de integração global, não penso que esteja muito distante quando nos propomos o sonho de ter uma Constituição única, do México até a Argentina, e tenhamos uma Assembléia Constituinte da América Latina, e possamos constituir um marco jurídico e político comercial, econômico, comum, respeitando a diversidade, respeitando os processos de cada país e suas especificidades.

Em relação à integração em outros campos, pensamos ser fundamental o campo social, e nisto queríamos dizer-lhes que devemos avançar na unificação de programas acadêmicos de nossas escolas, colégios e universidades, isso seria um requerimento fundamental. Não somente pela homologação de títulos de um país para outro, mas sim pela necessidade de ter e trabalhar mais conjuntamente na elaboração de conhecimento na difusão, capacitação e formação dos diferentes campos científicos, produtivos, e também nos campos culturais, artísticos e em outras matérias fundamentais para nossas sociedades.

Na pesquisa científica e tecnológica, o Primeiro Mundo está a uma distância enorme de nós. Preferimos usar as fortalezas que cada um tem e as contribuições que cada um pode dar para esse processo na pesquisa da enorme riqueza de nossa biodiversidade, não somente Amazônica, mas também em outros ecossistemas da América Latina, onde podemos avançar.

Também no campo da política de saúde pública e de saúde em geral, salvo exceções, a política de saúde de nossos países tem enormes deficiências, no sentido de que grande parte de nossas populações é atendida, não há sistemas universais de saúde, a saúde ainda não é um direito, continua sendo uma utopia. Da mesma forma o direito à educação desde cedo, a qualidade e calidez, como a saúde. Isto é, continua sendo uma utopia, não há acesso à saúde em grande parte de nossos países.

Há compromissos dos governos em ampliar os sistemas de saúde pública, no entanto pensamos que devemos fazer um grande esforço nesta e na próxima década em função de unificar uma política de saúde conjunta que garanta o direito à saúde de todos os latino-

americanos, desde seu nascimento até a sua morte. Isto acontece por uma definição distinta dos papéis das sociedades e dos Estados.

Há coisas que são fundamentalmente direitos. A saúde e a educação são fundamentais no campo educativo, inclusive pelas necessidades de inovação e revolução tecnológica que nós requeremos impulsionar na nossa América.

No caso da saúde pública, como uma garantia básica, mínima, de direito dos cidadãos.

Há outras áreas na política em relação ao meio ambiente e à natureza. O Presidente mencionava que eu trabalhei algum tempo nos povoados amazônicos, vivi um ano na Amazônia, no povoado Cofán, e com eles trabalhei na constituição da língua Cofán, de língua oral para língua escrita para poder fazer programas de alfabetização e poder fortalecer o processo de conhecimento desse povoado. Eu dizia para eles: “está na nossa idéia, em nosso pensamento buscar a harmonia com a natureza” e um dos dirigentes “Cofanes” disse: “Não, o problema não é a harmonia com a natureza, o problema é a harmonia na natureza, porque todos somos natureza”. Parece-me que isso é uma profundidade de pensamento e cosmovisão diferente da ocidental, diferente da cultura dominante da qual, de alguma maneira, os latino-americanos também fazem parte.

Penso que esse é outro processo que temos que trabalhar, não desde o infantilismo de pensar que a opção é a opção zero e que a opção é voltar a... digo voltar entre aspas, isto é uma forma de relação com a natureza como na época das cavernas, por exemplo. Mas, claro, o custo disso é uma esperança de vida de 22 anos, o custo é muito alto. Isso não é viável, pode ser uma expressão ultra-ambientalista, mas não tem possibilidade nenhuma de enfrentar a atual situação da América e do mundo.

Portanto, requeremos uma visão da relação com a natureza ou na natureza, projetos com menor impacto ambiental e com reparação ambiental, projetos produtivos que implicam a transformação da natureza.

Mas os dois grandes mitos, do liberalismo e do marxismo, de que os seres humanos vieram ao mundo para explorar a natureza são dois mitos que estão no Século XXI em profunda crise. Os seres humanos não vieram explorar a natureza indefinidamente porque pomos o próprio planeta em perigo de extinção, ou seja, temos que ir à harmonia com a natureza, temos que ir a passos agigantados, o que não implica a opção zero produção, ou zero produção de combustíveis ou zero produção mineral, implica uma relação de responsabilidade com as futuras gerações na exploração dos recursos naturais.

Esses paradigmas ideológicos importantes, que foram os paradigmas essenciais dos Séculos XIX e XX, e muitos outros mais estão em crise, e devemos criar novos paradigmas. Para mudar o mundo devemos mudar o mundo no contexto histórico no qual se vive, e não no contexto histórico que outros viveram, porque é dogmatismo e dogmatismo não serve para construir o futuro nas condições atuais.

Para nós, portanto, essa relação não é de uma posição infantil extrema, é uma posição de maturidade, de entender que essa relação é fundamental, mas que é fundamental incorporá-la nos foros, nos acordos internacionais. Quando nós fazemos exploração mineral no sul de nosso país, estamos contaminando os rios do Peru, por exemplo, e que essa exportação tem que ser com responsabilidade, não podemos prejudicar o país vizinho em nome de uma exploração mineral irresponsável, isto é, temos que ter uma relação fecunda que nos permita trabalhar o tema desta relação de conservação da vida, de nossa vida e da

vida em geral, de todas as vidas, ou seja, implica uma responsabilidade que deve ser levada ao jurídico.

Por isso é que, em nossa Assembléia Constituinte, estamos debatendo o tema dos direitos da natureza, e a responsabilidade, não somente dos governos centrais, mas também dos governos locais no manejo da relação com o entorno natural.

Então, eu diria que se trata de entender que hoje no século XXI há, ao menos, 5 paradigmas ou 5 conceitos básicos nos quais devemos reelaborar as ciências políticas, as ciências em geral, e que não são somente Estado e mercado, passa por uma visão onde se incorpora a natureza, a cidadania e a sociedade. Por que nós diferenciamos cidadania e sociedade? Porque nós acreditamos que os seres humanos têm direitos individuais, têm uma individualidade única, mas que também são seres sociais, e há direitos sociais e coletivos, da mesma forma que há direitos e deveres individuais. Por isso nos parecem importantes estas duas dimensões, porque muitas vezes também nestas duas dimensões provocamos uma ruptura ideológica que nos distanciou e às vezes sem compreender uns de outros que as duas são profundas conquistas da humanidade, e que essas conquistas da humanidade, como a democracia na Revolução Francesa e essa utopia da justiça, a liberdade, a igualdade, a fraternidade, são conquistas históricas da humanidade.

O futuro da humanidade não começa quando nossos Governos começam. A humanidade já tem uma trajetória de conquista de direitos e de conquistas de avanços em todos os campos, no campo político, fundamentalmente, e no campo dos direitos.

Há dois milênios, quando os seres humanos se diferenciavam entre os filhos de Deus e os não filhos de Deus e somente tinham direitos filhos de Deus, os não filhos de Deus acreditavam que não eram filhos de Deus, porque, do contrário, não teriam admitido que os filhos de Deus mandassem. Essa revolução implicou a luta de Jesus Cristo, por exemplo, que passa de uma teologia, de uma concepção de “não todos são filhos de Deus” a “todos somos filhos de Deus”, essa é uma revolução política fundamental, porque apresenta a possibilidade da igualdade. Igualdade que obviamente não foi possível nesta época, Cristo foi crucificado, assassinado, torturado e assim morreu, como ele muitos outros, como Espártaco, e não falo a partir de uma perspectiva religiosa, estou falando de uma perspectiva política, embora também pudesse falar a partir de uma perspectiva religiosa.

Mas todas essas conquistas são conquistas da humanidade, e a democracia é uma dessas grandes conquistas da humanidade. Portanto, é fundamental, na América Latina, fortalecer esses Estados de direito, com as particularidades de cada processo nacional e respeitando a soberania de cada um de nossos povos.

Mas é fundamental fortalecer o Estado de direito, o Estado social de direito, porque é a única forma de convivência que podemos ter nesta época histórica, e não estou dizendo que esta forma política seja a última, pode ser que no futuro tenhamos melhores formas, mas essa é a forma até então melhor que temos de convivência, e para nós isso é fundamental.

No caso de nosso país, vivemos mais de uma década de desinstitucionalização, de perda de democracia, e quando nós falamos de democracia, queremos falar de democracia não somente político-eleitoral, mas sim de democracia econômica, democracia social, democracia cultural.

No nosso caso, como vários compatriotas que estão na Mesa sabem, nosso Estado foi uma Estado profundo e uma sociedade, porque o Estado não é senão a extensão dessa

sociedade profundamente racista, onde ser índio era um insulto, e onde os povos estavam obrigados a estudar um idioma que não conheciam: o espanhol. E não falo de 500 anos, falo de 20, 30 anos atrás, quando as crianças que não falavam espanhol iam à escola e os professores os castigavam porque não falavam espanhol, falavam a eles “brutos”, “terços”, “falam idiomas de animais”, não é verdade, Edmundo? Era assim, injustiça em pleno Século XX, e estou lhes falando isso dos anos 80, imaginem os senhores, e não penso que sejamos a exceção, imagino que na Bolívia fosse algo parecido. Nosso país tem um número de habitantes muito maior que se auto-reconhecem como indígenas, no entanto houve este tipo de dominação cultural, que tem uma forma de opressão bárbara, onde as crianças se criavam com um sentimento de muito baixa auto-estima, por ouvirem que falavam “idioma de animais” e que seu idioma materno não vale.

Grandes conquistas como a educação bilíngüe intercultural, onde essas crianças podem estudar em quíchua e como segunda língua o espanhol, como língua de relação com toda a sociedade, e os “cofanos” em “cofán”, e os “shuara” em “Shuara”, esse é um avanço dramático na democratização da cultura, da grande diversidade e da rica diversidade de nossos povos. Muitos avançaram nesse terreno de maneira diferente, não há um modelo, mas avançaram, e essa democratização também tem a ver com a economia, eu lhes dizia. Nós acreditamos que essa democratização passa por construir sociedades de produtores e proprietários, e não acreditamos que passa pela monopolização da economia, porque as 20 famílias que mandaram em meu país por séculos e acumularam enormes fortunas continuam acumulando fortunas, mas devem pagar os impostos. Não vamos expropriar um só dólar, o que vamos fazer é lhes obrigar a pagar responsabilmente seus impostos. Acreditamos que se deve construir em meu país uma sociedade de proprietários.

Nós temos algumas vantagens com os dois países vizinhos, com o Peru e com a Colômbia também. Nossa vantagem é que a sociedade equatoriana teve, no final do Século XXI, em 1986, uma revolução liberal muito profunda, a Revolução de Alfaro, que é pouco conhecida na América Latina, uma Revolução talvez da mesma dimensão da Mexicana de 1910, uma revolução que fez a primeira reforma agrária.

Então, hoje temos 860 mil unidades de produção agropecuária -e por décadas se disse que isso é um absurdo- porque isto atenta contra a economia de escala dos grandes fazendeiros que tinham 20 ou 30...economicamente, além de falar do que implica em termos de acumulação de riquezas e de falta de democracia. Mas a idéia da terra para aquele que a trabalha, que foi uma idéia revolucionária de finais do Século XIX e início do XX na América Latina, no caso equatoriano faz com que nós não tenhamos o conflito agrário grave que os países vizinhos têm. O Equador não tem e não teve guerrilhas sólidas, porque o campesino já fez sua revolução, já é dono da terra, não tem sentido que lute pela terra, não é sua luta.

Não quero dizer com isto que o processo de socialização da terra seja absolutamente justo, nem que o modelo equatoriano seja uma maravilha. Não, o que quero dizer é que esta é uma vantagem estratégica, porque ter 860 mil unidades de produção que permitem ter 860 mil famílias produzindo, com acesso a crédito, à tecnologia, à comercialização e, portanto, à democracia.

Uma sociedade de proprietários está sendo construída, uma sociedade de produtores, e esse eixo estratégico democratiza a sociedade e para nós esse é o eixo que chamamos “o socialismo do Século XXI”, que não estamos vendendo como receita para nenhum país da América Latina, estou contando o que é nossa experiência concreta, onde a empresa privada tem um papel importante na economia. Lembremos-nos que, quando falo de

empresa privada, falo de 860 mil produtores e no caso equatoriano foram desatendidos. Para dar-lhes uma idéia, o Banco de Fomento entregou na década de 1996 a 2006 aproximadamente 110 milhões de créditos para os campesinos, isto é, basicamente não entregou créditos, e, dessas 860 mil unidades, aproximadamente 10.000 têm acesso ao crédito bancário privado, o resto não tem, isto é desinvestimento, migração. Uma migração de mais de 2 milhões de equatorianos à Europa e aos Estados Unidos, precisamente por falta de políticas econômicas e sociais.

Nosso Governo, no ano passado, entregou a esses campesinos 300 milhões de dólares em crédito, mais que uma década inteira, três vezes mais, e este ano duplicamos para 600 milhões de investimento público, e fomentamos que os bancos privados ampliem sua capacidade de crédito ao setor produtivo camponês.

Eu dizia que isto implica democratizar a economia, portanto a democracia não é somente política, é cultural, é social, é econômica e é cotidiana também. A democracia do Século XXI não somente deve abarcar a esfera do público, mas também a esfera da vida cotidiana. Democracia também no lar, democracia também com os filhos, democracia também com os pais. Porque estamos vivendo um novo século, um novo momento da história da humanidade, que implica reunir o melhor da humanidade para projetá-lo ao futuro. Muito obrigado.

- Aplausos.

PRESIDENTE. Obrigado, Doutor Gustavo Larrea. Passaremos, neste momento, a palavra ao Secretário-Geral a.i., Doutor Isaac Maidana.

SECRETÁRIO-GERAL a.i. Obrigado. Presidente, senhores Representantes, senhores Observadores, senhora Subsecretária, senhores funcionários da Secretaria-Geral, senhor Ministro.

A presença nesta Casa da Integração do senhor Ministro da República do Equador, Doutor Gustavo Larrea, constitui uma grande honra e privilégio para nós, mas também é um fato muito estimulante para a Secretaria-Geral e para a Associação, porque se dá em um momento em que se está trabalhando no aprofundamento da integração regional, no âmbito dos mandados emanados da última reunião do Conselho de Ministros, onde há interesse em construir uma agenda de mais ampla dimensão para a região.

Isso supõe a consideração dos temas de interesse dos países-membros, tanto no âmbito econômico como no social. Neste contexto, as mensagens que escutamos e recebemos do senhor Ministro constituem valiosas contribuições para os trabalhos da Secretaria-Geral que, nestas matérias, sejam empreendidas no futuro. Mais ainda no tema social, tendo em conta, senhor Ministro, sua rica experiência e conhecimento nos aspectos que fazem a participação cidadã, como escutamos nesta ocasião: os temas vinculados com os povos indígenas, as cooperativas, educação entre outros.

Esta temática, senhor Ministro, precisamente esteve presente no recente Foro de reflexão, levado a cabo nesta Casa, com a participação dos países-membros e representantes de organismos internacionais.

Nessa oportunidade, senhor Ministro, os participantes dos países-membros apresentaram sua visão sobre esses temas e a projeção que poderia ter no âmbito da integração regional, e os organismos internacionais expuseram suas experiências nesta temática para construir uma futura agenda nesta matéria.



Finalmente, senhor Ministro, permita-me transmitir-lhe os cordiais cumprimentos do senhor Secretário-Geral, Embaixador Hugo Saguier-Caballero, que, por encontrar-se em missão no exterior, lamenta não poder estar aqui, porque tem uma aproximação muito recente e também histórica com seu país e suas autoridades.

Senhor Ministro, isto é tudo, ficamos muito comprazidos na Secretaria-Geral por sua mensagem, seu incentivo, que sem dúvida ajudará a construir as agendas mais amplas da integração latino-americana. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Convidamos os Chefes de Missão dos países-membros para a foto com o Ministro, Doutor Gustavo Larrea, e posteriormente oferecemos um brinde que, certamente, o Embaixador do Equador precisou para que fosse um brinde de um conteúdo importante, como dissemos ontem. Vamos aplaudi-lo.

- Aplausos.

Encerra-se a sessão.

---